

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte OESP Class.: Min. da Amazônia
 Data 13/09/93 Pg.: A11 14

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Ricúpero quer presença militar na Amazônia

Para o ministro, País precisa criar um programa integrado para região, que ele considera frequentemente envolvida em discussões

Considerado por seus colegas e amigos como um dos grandes pensadores do Brasil, o embaixador Rubens Ricúpero assume esta semana o Ministério Extraordinário de Articulação para Ações na Amazônia. Legal disposto a transformar o acidente político que precipitou sua criação numa oportunidade para redefinir os termos do debate sobre a região.

Ele conhece a área desde os tempos em que chefiou a divisão de fronteiras do Itamaraty e está convencido de que a Amazônia é "o grande trunfo" do Brasil. Para o diplomata, o País precisa "descomplicar" a discussão sobre a Amazônia, que considera frequentemente emocional, e criar um programa integrado para a região. Na última quinta-feira, ainda embaixador do Brasil nos Estados Unidos, ele explicou ao correspondente do Estado em Washington, Paulo Sotero, as idéias que leva para o ministério que assume esta semana.

Estado — O que o governo pode fazer com um ministério da Amazônia que não possa fazer sem ele?

Rubens Ricúpero — Nós temos duas dúzias de órgãos do governo federal com ação na Amazônia, mas nenhum com ação exclusiva na região. Para nenhum deles a Amazônia é sua razão de ser. Uma solução seria o presidente da República despachar com os responsáveis por cada um desses órgãos. O problema é que cada um traz uma visão parcial. Minha função no ministério, que é de coordenação e não de execução de políticas, será oferecer uma visão integrada da região.

Estado — O senhor tem dito que o País precisa deixar de ver a Amazônia como um problema, o que leva o governo e a sociedade a assumir uma posição defensiva em relação a uma região que engloba a maior parte do território brasileiro, e passar a vê-la de maneira mais positiva, como uma

oportunidade. Como se faz isso?

Ricúpero — Em parte, isso começa pela redefinição dos termos da discussão sobre a Amazônia. Precisamos repensar a Amazônia num debate amplo, que inclua as lideranças da região, as organizações ambientais, as questões indígenas e os aspectos de segurança. Mas, além disso, precisamos saber para quê vamos repensar a Amazônia. O que proponho é criar um programa integrado, contendo as diferentes dimensões que fazem parte do mosaico da região — de segurança, relações internacionais, narcotráfico, índios, ambiente, desenvolvimento regional, zoneamento. Hoje não temos esse desenho e cada órgão trabalha na sua peça. Temos que ter uma política para a Amazônia que seja definida no mais alto nível, pelo presidente da República, seja executada em colaboração com os governos estaduais e fique como um espécie de mapa de projeto nacional para a região. Afora isso, temos de desenvolver uma estrutura para coordenar ações.

Estado — Os conflitos atuais na Amazônia decorrem em grande parte da falta de uma política sensata de ocupação. Além de estimular esse grande debate e criar um programa integrado para a região, o senhor estabeleceu algum objetivo concreto para os 15 meses que estará à frente do ministério, como, por exemplo, a conclusão do zoneamento?

Ricúpero — Quero deixar claro que, a rigor, o ministério não é dono de nenhum assunto, mas também não é alheio a nenhum. Todo assunto da Amazônia pertence a alguém, prioritariamente. O meu ministério não tem nenhuma intenção de invadir áreas. A idéia é respeitar as jurisdições. Foi a instrução que recebi do presidente. Mas, ao mesmo tempo, se você quer ter uma visão de conjunto, precisa conhecer os diferentes assuntos, saber o que pensa cada órgão. Meu ministério vai, no início, informar-se e procurar estimular a preparação de um programa que

elas informações que recebi da Secretaria de Assuntos Estratégicos, o órgão encarregado, o zoneamento pode ser acelerado. A primeira etapa está quase concluída. Seria importante se pudesse ser acelerado, porque o zoneamento é o que vai permitir o investimento privado. Só a partir dele teremos idéia de quais são as vocações de várias áreas da Amazônia.

Estado — O senhor recebeu uma tarefa que envolve 60% do território, mas terá, para executá-



Ministro Ricúpero diz que vai coordenar as ações na Amazônia.

la, um par de salas no anexo do Palácio do Planalto e dois assessores. E chega a Brasília enfrentando a oposição de órgãos contra intromissão em suas searas.

Ricúpero — Quero deixar claro que, a rigor, o ministério não é dono de nenhum assunto, mas também não é alheio a nenhum. Todo assunto da Amazônia pertence a alguém, prioritariamente. O meu ministério não tem nenhuma intenção de invadir áreas. A idéia é respeitar as jurisdições. Foi a instrução que recebi do presidente. Mas, ao mesmo tempo, se você quer ter uma visão de conjunto, precisa conhecer os diferentes assuntos, saber o que pensa cada órgão. Meu ministério vai, no início, informar-se e procurar estimular a preparação de um programa que

terá uma série de componentes, muito importantes por si só. Um exemplo é a obtenção dos créditos internacionais. Isso fará parte do programa conjunto. Mas, isoladamente, representa um componente de bilhões de dólares, se somarmos projetos de ambiente, desenvolvimento, etc.

Estado — O senhor poderia delinear os objetivos nos outros componentes?

Ricúpero — Acho que ficarão melhor definidos depois do mapeamento, que permitirá identificar os grandes projetos. Na área indígena, por exemplo, é o término da demarcação. Na área ambiental, é a execução do projeto de preservação financiado pelo G-7 (grupo que reúne países indus-

trializados). Na área militar, o projeto Calha Norte, sob forma nova. Na área externa, a revitalização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Estado — Há conflitos óbvios entre algumas dessas áreas — entre, por exemplo, a política indigenista e a política de segurança militar na região, de um lado, e os interesses econômicos e políticos locais, de outro. Como se resolve isso?

Ricúpero — Uma idéia preliminar, é debater esses problemas num fórum nacional. Em todas essas questões que você menciona, devemos buscar um ponto de equilíbrio. Isso não é impossível. Há, por exemplo, um documento assinado por todos os governadores da Amazônia dois meses antes da Rio-

92. É um texto curto, de três páginas, que define o essencial sobre o desenvolvimento, o ambiente e as questões indígenas. Contém uma espécie de doutrina amazônica e representa o ponto de equilíbrio de diversos interesses.

Estado — A Amazônia é, há anos, uma grande preocupação dos nossos militares. Com o fim da guerra fria, essa preocupação aumentou, reforçando teorias conspiratórias sobre ameaças internacionais à região.

Ricúpero — Antes de opinar sobre o que pensam as Forças Armadas, quero visitar os ministros militares, já a partir desta semana. Depois, nas viagens aos Estados amazônicos, quero estar com os comandantes de unidades. Mas posso fazer um comentário de ordem geral. Sempre me interessei muito por essas questões de defesa. Acho, como achava o professor Raymond Aron, que estratégia e diplomacia são duas faces da mesma moeda. Uma não existe sem a outra. Assim como temos de ter um debate sobre política externa, temos que debater a política de defesa. A política de defesa é um elemento da definição de um projeto nacional.

Estado — Quais os problemas de defesa do Brasil no mundo pós-guerra fria, no limiar do ano 2000?

Ricúpero — É óbvio que a região que se apresenta como o

grande desafio. Digo isso sem achar necessário recorrer a uma idéia de uma ameaça externa. Não é necessário que haja uma ameaça externa para que um país possua um aparato de defesa. Alguns acham que para justificar a presença militar na Amazônia é indispensável identificar uma potência estrangeira que esteja nos atacando. Eu discordo. Como qualquer pessoa que se interesse por estratégia sabe, a defesa é algo que

precisa existir sempre, até por causa do efeito de dissuasão. Um país não pode ter costas e fronteiras desprotegidas. Não há país que não tenha uma força de dissuasão. A Suíça, que não se engaja em guerra há 150 anos, possui um exército poderoso. Como os próprios suíços dizem, a Suíça não tem um exército, ela é um

exército. Qual é a ameaça à Suíça? Nenhuma. Mas os suíços sabem que precisam ter um instrumental de defesa. O mesmo ocorre conosco. Para termos um aparato de defesa na Amazônia não precisamos de um inimigo. A defesa é um imperativo do território. Você tem um território e precisa provar que é capaz de defendê-lo. Para isso, você não precisa dizer que os EUA ameaçam o nosso território.

Estado — Mas o senhor acha que eles têm esses planos?

Ricúpero — Quê eu saiba, os americanos não têm tais desígnios. Mas isso não nos dispensa da responsabilidade de exercer controle sobre nosso território. Acho que as Forças Armadas precisam ter uma presença importante na Amazônia. Primordialmente, por questões de defesa. Subsidiariamente, porque, em áreas de grandes vazios, as Forças Armadas são a única presença no Estado e cumprem também um papel supletivo importante na criação de infraestrutura mínima de comunicação. Quem é que pode achar normal um acontecimento como a denúncia do crime contra os índios ianomânis, em que várias semanas depois nós nem sabemos direito se ocorreu em nosso território? Não é que o Estado tenha pouca presença na Amazônia. Em algumas áreas, não têm presença alguma. Ora, nenhum país pode admitir que haja parte de território que ele nem sabe se é seu.

UMA DAS FUNÇÕES DO MEU MINISTÉRIO SERÁ A DE CONSEGUIR CRÉDITOS EXTERNOS